



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N° 10907-000038/92-51

Sessão de 08 de outubro de 1.992 ACORDÃO N° 302-32.416

Recurso n°.: 114.881

Recorrente: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Recorrid IRF - PARANAGUÁ - PR

CONFERÊNCIA FINAL DE MANIFESTO - FALTA DE MERCADORIA IMPORTADA - RESPONSABILIDADE DO DEPOSITÁRIO - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA QUE NÃO SE APLICA. - NÃO CARACTERIZADO "CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR" NA OCORRÊNCIA DE FURTO.

A imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal não se aplica no caso de empresa pública que explore atividade econômica remunerada ou em que haja contra-prestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário (art. 150, § 3º e art. 173, § 1º da Constituição Federal).

A ocorrência de furto simples, sem emprego de violência ou ameaça que impeça ou diminua a capacidade de resistência da vítima, não tipifica a ocorrência de caso fortuito ou força maior.

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos,
ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília - DF, 08 de outubro de 1992.

SÉRGIO DE CASTRO NEVES - Presidente

PAULO ROBERTO CUCA ANTUNES - Relator

AFFONSO NEVES BAPTISTA - Proc. da Faz. Nacional

V.V.

Sessão de 13 NOV 1992

Participaram, ainda, do presente, julgamento os seguintes Conselheiros:
Ubaldo Campello Neto, José Sotero Telles de Menezes, Luis Carlos Via
na de Vasconcellos, Elizabeth Emílio Moraes Chieregatto, Wlademir Cló
vis Moreira, Ausente, o Cons. Ricardo Luz de Barros Barreto.

MEFP - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE - SEGUNDA CÂMARA - 02.
RECURSO Nº. 114.881 - ACÓRDÃO Nº. 302-32.416.
RECORRENTE: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA.
RECORRIDA : IRF-PARANAGUÁ-PR.
RELATOR: CONS. PAULO ROBERTO CUZO ANTUNES.

R E L A T Ó R I O

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA foi autuada pela IRF-Paranaguá, PR, pela falta, apurada em conferência final de manifesto, de dois mil (2.000) gramas do produto Procaine HCL - ref. 7561494, mercadoria essa transportada pelo navio SAN JUAN, entrado naquele porto em 20.02.91, sob cobertura do Conhecimento de Transporte nº. 91MIST 20021, procedente de Miami.

O lançamento constante do Auto de Infração de fls.01, lavrado em 23.01.92, restringe-se ao imposto de importação no valor originário de Cr\$15.527,61.

O enquadramento legal foi feito nos artigos 86, § único; 476 e 478, § 1º, inciso VI, do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº. 91.030/85.

Consta dos autos, às fls. 18, uma Comunicação Interna do Fiel do AZ-3/B à DIOPER, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, dando conta de que a mercadoria envolvida, dentre outras, foi furtada do interior do referido Armazém (AZ-3/B).

Da referida Comunicação Interna constam dizeres do cidadão Fiel do Armazém 3-B, que a seguir se destacam:

"Informamos também que em 20.11.90 este Armazém comunicou a DIOPER sobre a falha de segurança que apresentava as mercadorias de Importação aqui armazenadas, mas até a presente data nada foi feito.

Segue na presente, cópia da comunicação data da de 20.11.90 mencionada nesta C.I.

Sem mais para o momento, e contando com as imediatas providências dessa Chefia,"

RECURSO: 114.881.
ACÓRDÃO : 302-32416

A Autuada foi intimada em 31.01.92 a recolher ou impugnar o lançamento, no prazo regulamentar de 30 dias. Em 28.02.92, com guarda de prazo, apresentou Impugnação argumentando que:

- a) Não procede a exigência fiscal frente à circunstância que pretende a Receita Federal caracterizar, assinalando que houve falta de mercadoria, tão somente e, via de consequência, através de simples memorando, impondo cobrança de tributo ao depositário;
- b) Que a I.R.F. responsabilizou aquela Autarquia quanto ao desaparecimento da mercadoria, imputando-lhe culpa ao enquadrá-la nos arts. 86 § único; 476 e 478 , § 1º, inciso VI do Decreto 91.030/85;
- c) Que a mercadoria faltante foi apurada quando de sua descarga no Porto de Paranaguá, procedente de Miami' em transporte efetuado pelo navio San Martin trans - bordo San Juan e, assim, como preceitua o art. 478 , "caput" deve o transportador ser compelido a pagar o tributo, e, não o depositário como o Auto de Infração apresenta.
- d) Pede que seja julgada improcedente a ação fiscal e cancelado o crédito tributário.

No dia 18.03.92 o Autuante lavrou AUTO DE INFRAÇÃO COMPLEMENTAR (fls. 27), alterando o enquadramento do feito, que passou a constar como sendo os arts. 86, § único; 476 § único e 479 do Regulamento Aduaneiro.

Nova Intimação foi expedida à Autuada com reabertura do prazo regulamentar para recolhimento ou impugnação do crédito tributário, conforme Memorando SECAEF nº 52/92 (fls.29), constando o seu recebimento, através de "A.R.", em 20.03.92 (fls. 30).

RECURSO: 114.881.
ACÓRDÃO : 302-32. 416

Tempestivamente foi apresentada nova Impugnação pela Autuada (10.04.92), desta feita alegando resumidamente o seguinte:

- a) Que não pode vingar a cobrança do Imposto sobre a Importação pela Inspetoria da Receita Federal tendo em conta tal tributo ter como fator gerador o desaparecimento mediante furto de mercadorias dos depósitos do Porto de Paranaguá, eis que a Administração, além de ser mera detentora do produto armazenado, e não possuidora indireta, é Autarquia Estadual, portanto ISENTE da tributação por imperativo da aplicação do § 3º, inciso VI, letra "a" do Artigo 150 da Constituição Federal;
- b) A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina é Autarquia Estadual com personalidade jurídica de direito público interno, e, como tal, incursa no privilégio preconizado pela norma anteriormente mencionada de nossa Carta Magna.

Transcreve o dispositivo constitucional mencionado, que vedava a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros;

- c) Os privilégios dados pela Constituição Federal à Fazenda Pública se estendem às Autarquias, logo, também à APPA.;
- d) Improcede a tributação contra o referido órgão público porque não se está visando lucro das atividades que pratica, mas sim, melhorias, eficiência e eficácia do serviço público de forma a dar o retorno merecido ao usuário, cujo reflexo se estende à sociedade como um todo.;
- e) No mérito, igualmente não procede dita cobrança, por dois motivos: um porque evidencia caso fortuito, e, outro porque a APPA não é possuidora indireta do produto depositado, mas simples detentora, o que a exime da responsabilidade.
- f) Pede o cancelamento do crédito tributário e consequente extinção do feito, reiterando ainda os argumentos desenvolvidos na Impugnação apresentada anteriormente.

A Autoridade "a quo" não acolheu os argumentos da Impug

RECURSO: 114.881.
ACÓRDÃO: 302-32.416.

nação e proferiu Decisão julgando procedente o lançamento e determinando o prosseguimento da cobrança, ressalvado o direito de Recurso da Autuada, no prazo regulamentar.

Inconformada e com guarda de prazo apela a Interessada a este Colegiado, pedindo o cancelamento do crédito tributário, baseando-se nos mesmos argumentos da Impugnação. Inova apenas na citação e transcrição do art. 46 do Código Tributário Nacional , que diz respeito ao fato gerador do I.P.I., tributo não discutido neste caso.

É o relatório. -



RECURSO: 114.881.
ACÓRDÃO : 302-32.416

V O T O

Nenhuma dúvida paira nos autos com relação ao furto da mercadoria envolvida do interior das dependências portuárias, sob a responsabilidade da Recorrente, na condição de Fiel Depositária da carga.

Configurada a ocorrência de furto, como reconheceu a própria Suplicante em sua Apelação de fls., encontra-se completamente afastada a hipótese de caso fortuito ou força maior que serviria como excludente da responsabilidade da Depositária.

É certo, portanto, que a culpa, no caso "in vigilando", é exclusivamente da Recorrente, uma vez que a mercadoria foi furtada quando se encontrava sob sua custódia.

Dito isto, resta definir se é cabível ou não a exigência do crédito tributário da ora Recorrente - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina -, sendo Ela uma Autarquia Estadual, entidade com personalidade jurídica de direito público interno.

A irresignação da Autuada está lastreada nas disposições do art. 150, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal, que assim estabelece:

"Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....
VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros."

Ocorre que existem restrições às vedações constitucionais mencionadas, como é o caso do parágrafo 3º, do mesmo artigo



RECURSO: 114.881.
ACÓRDÃO : 302-32.416

150 da C.F., que determina:

"§ 3º - As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contra-prestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel".

Mais adiante, o art. 173, § 1º, da C.F. estabelece:

"§ 1º - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias."

Ainda que se possa reconhecer que a atividade da Recorrente não esteja visando lucro, mas sim melhorias, eficiência e eficácia do serviço público, é certo que a citada Empresa pratica a exploração direta de atividade econômica, cobrando e recebendo dos usuários o pagamento por todos os serviços que lhes são prestados (taxas portuárias).

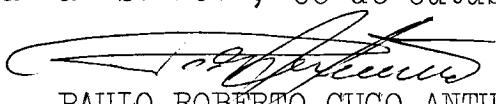
Está claro nos autos que a Recorrente prestou um mau serviço ao usuário neste caso, pois que não obstante a comunicação feita previamente por um de seus funcionários (Fiel do Armazém 3/B) aos seus superiores, a respeito da "falha de segurança" que apresentava as mercadorias de Importação depositadas no referido Armazém, na data da ocorrência do evento de que trata este, autos (furto de mercadoria) nenhuma providência havia sido adotada para

RECURSO: 114.881.
ACÓRDÃO : 302-32.416.

sanar o problema, como informa o mesmo funcionário da Recorrente.

Dai porque não vejo como deixar de atribuir responsabilidade à Suplicante pelo furto da mercadoria envolvida e, consequentemente, pelo crédito tributário lançado, razão pela qual voto negando provimento ao Recurso ora em exame.

Sala das Sessões, 08 de outubro de 1992.



PAULO ROBERTO CUZO ANTUNES

Relator.